



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Política Social e Estratégias de Desenvolvimento

Considerações sobre a cultura no governo Bolsonaro

Vanessa F. Jurgenfeld¹

Resumo: Este artigo discute alguns aspectos da cultura no período do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), a partir da relação entre dependência, tutela cultural e autoritarismo, aspectos que foram teorizados por Celso Furtado a respeito do subdesenvolvimento, especialmente do subdesenvolvimento brasileiro. O foco deste artigo são os gastos com cultura durante os anos Bolsonaro, a transformação do então Ministério em Secretaria, a constante troca de secretários e o enaltecimento do período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Palavras-chave: Cultura; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento.

Considerations on culture in the Bolsonaro government

Abstract: This article discusses some aspects of culture during the period of President Jair Bolsonaro (2019-2022), based on the relationship between dependence, cultural tutelage and authoritarianism, aspects that were theorized by Celso Furtado regarding underdevelopment, especially Brazilian underdevelopment. The focus of this article is spending on culture during the Bolsonaro years, the transformation of this then Ministry into a Secretariat, the constant change of secretaries and the praise of the period of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985).

Keywords: Culture; Development; Underdevelopment.

1. Introdução

A dependência econômica, a tutela cultural e o autoritarismo foram aspectos teorizados por Celso Furtado em seus estudos sobre cultura e desenvolvimento. Sua contribuição neste tema, produzida especialmente nos anos 1970 e 1980, abordava o fato de que esses três aspectos se reforçavam mutuamente nos países subdesenvolvidos, sendo fatores importantes para a continuidade do subdesenvolvimento.

Em alguns períodos da história, essas relações se tornaram evidentes, como nos regimes autoritários latino-americanos dos anos 1960 e 1980, bem como nos anos do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Neste último caso, o liberalismo econômico reforçou a dependência econômica estrutural e histórica do Brasil; abandonou-se a cultura nacional quase à própria sorte, com redução significativa de recursos, permitindo que o campo de influências forâneas fosse ainda mais forte,

¹ Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília – SP, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE). E-mail: vfollmann@hotmail.com

sobretudo, a norte-americana; e foi reduzida a relevância da área, com sua transformação de Ministério em Secretaria, com um nítido discurso de enaltecimento de regimes de exceção pelos ocupantes do cargo de Secretário Especial de Cultura.

Este artigo discute alguns aspectos da cultura no período Bolsonaro a fim de compreender como essa dilapidação do segmento cultural contribuiu para o reforço do subdesenvolvimento brasileiro. Além desta introdução, o artigo conta com outras duas seções: a primeira discorre sobre dependência econômica, tutela cultural e autoritarismo como marco teórico para esta análise e a segunda seção tece algumas considerações sobre a cultura no governo Bolsonaro.

Além da teorização de Furtado, serão utilizados alguns dados estatísticos orçamentários, para observar os recursos ao setor, e reportagens de jornais e revistas da época, como forma de ilustrar ações e ideias dos secretários de Cultura do governo Bolsonaro.

2. Dependência Econômica, Tutela Cultural e Autoritarismo

Entender a cultura como parte do processo do desenvolvimento econômico não constitui novidade do tempo presente. Desde a década de 1960, mas principalmente nos anos 1970 e 1980, Furtado atentou para a relação entre cultura e desenvolvimento. Nos anos recentes do governo de Jair Bolsonaro, presidente do Brasil entre 2019 e 2022, a forma como foi tratada a cultura trouxe novos elementos para o debate, porque colocou em relevo a relação entre dependência econômica, tutela cultural e autoritarismo.

A discussão sobre cultura na obra de Furtado pode ser compreendida como uma espécie de evolução do seu pensamento sobre o desenvolvimento. Até adentrar mais profundamente neste tema, as definições de desenvolvimento e subdesenvolvimento que Furtado utilizava envolviam mais questões econômicas, políticas e sociais. Essa lacuna sobre a cultura foi preenchida principalmente após a publicação de “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, livro de 1978, e também de “Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise”, de 1984².

² As indicações sobre a importância da cultura na obra de Furtado, no entanto, são mais antigas e aparecem ainda em “Dialética do Desenvolvimento”, livro publicado em 1964.

Como estudioso do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como processos interligados, sendo um a face do outro, Furtado conectou a cultura a esta temática. Ele observara no livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” como se estabeleceram, de um lado, as relações entre poder, criatividade, civilização industrial e tecnologia no processo de desenvolvimento encontrado nos países centrais. E, na outra ponta, a dependência econômica, relacionada a uma industrialização precária, à ausência de poder por meio da falta de domínio tecnológico e a impossibilidade do uso da criatividade para liberdade e emancipação humana, que marcaram as sociedades periféricas.

Pela ótica de Furtado (1978), as sociedades periféricas se integraram aos países centrais primeiramente como colônias de exploração e depois pelo consumo de bens de consumo similares aos do centro por parte de sua população, sem modificar-se estruturalmente, no sentido de comandar os meios e os fins do seu desenvolvimento. Fez-se o que ele denominou modernização dependente.

Entre outros aspectos, essa modernização significou a perda da capacidade criativa de um povo por depreciação de seus valores culturais tradicionais, dadas as influências externas e as precárias condições gerais de produção e reprodução da vida da maioria da sua população. Como expressou Furtado (1984), o quadro cultural da modernização dependente gerou um comportamento de padrões imitativos, com a elite cultuando a cultura do exterior, sendo seguida pela classe média, enquanto a cultura popular existente era entendida como atraso.

Ainda que Furtado entendesse haver áreas de resistência da cultura local até mesmo entre integrantes da classe média com consciência crítica ao processo de descaracterização da cultura popular, o processo de globalização do sistema de cultura apresentou-se como ameaça constante.

Com o avanço das tecnologias de informação e transportes mundiais sobretudo após 1970, a globalização colocou em relevo, entre outras discussões importantes, como as populações periféricas acabariam inseridas neste sistema, se como simples consumidores passivos de bens culturais do mercado – isto é, tendo uma vida cultural como forma passiva de consumo - ou se teriam acesso à criatividade³.

³ Esta discussão aparece no livro “Prefácio a Nova Economia Política”, de 1976.

Sob estruturas de poder comandadas pelos valores do mercado, em que se reduzem cada vez mais significativamente as autonomias relativas de Estados Nacionais, o risco era que toda a criatividade de uma sociedade periférica passaria a estar subordinada aos que detêm o poder. Isso porque a própria organização da sociedade acabaria condicionada pelo sistema de valores dominante, em que pesaria, por exemplo, a definição do que seriam os interesses coletivos. Isso recairia, por sua vez, sobre o condicionamento da criatividade aos valores forâneos (FURTADO, 1976).

Ao longo do seu debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, que perpassou mais de 30 obras, Furtado, especialmente nos seus livros publicados após o golpe civil-militar de 1964, mostrou o quanto o desenvolvimento seria também e, sobretudo cultural, e o subdesenvolvimento, por sua vez, constituiria a perda da cultura de um povo em prol de adaptar-se ao que é determinado pelo centro do sistema, a partir de seus interesses de mercado.

Desde os anos 1960, e mais efetivamente após 1970, o desenvolvimento do capitalismo financeiro colocou a cultura, sobretudo dos países ainda em formação, a serviço dos interesses dos principais agentes do capitalismo contemporâneo - as grandes corporações transnacionais. Estas, no fundo, se tornaram uma barreira à necessidade de liberdade dos homens para uma verdadeira ação criadora (FURTADO, 1978).

Como exposto por De Paula (2007, p. 276), a ideia de cultura em Furtado possuía uma dimensão ampla, que se relacionava com o “modo específico de ser no mundo de um povo, a partir das formas como [construía] sua vida material e simbólica, sendo, neste sentido, o espaço irredutível da alteridade e da liberdade”. Portanto, se essa vida material e simbólica se dava por meio de estabelecimento de padrões de consumo, pela urbanização, ciência e tecnologia e organização política referenciadas fora, havia uma submissão do país à cultura do grande capital estrangeiro, que desde o início do século XX estava em sua fase imperialista, e que ganharia mais força após 1970 com a globalização e o avanço do capital financeiro⁴.

⁴ Para maior aprofundamento, recomenda-se o debate sobre cultura na obra de Furtado realizado por De Paula (2007); Brandão (2012); Bolaño (2013) e Borja (2013).

A cultura tradicional dos países periféricos também foi prejudicada pelos avanços do totalitarismo, que tomou o Estado Nacional, um dos principais agentes condutores do desenvolvimento na perspectiva furtadiana. No caso da América Latina, os anos 1960-70 foram marcantes neste sentido, em razão dos golpes civis-militares, com o fechamento dos congressos, dos sindicatos, colocando fim à liberdade e tentando silenciar a criatividade de um povo, comprometendo os seus horizontes de possibilidades⁵.

No Brasil, durante a Ditadura (1964-1985), ainda que tenham ocorrido avanços na industrialização, o Estado passou a ser importante veículo de defesa da transnacionalização do capital, pavimentando caminho para a entrada dos capitais estrangeiros voltados à produção de bens de consumo duráveis e não duráveis, e que não estavam necessariamente direcionados aos objetivos do desenvolvimento nacional de fato.

Nos anos finais da Ditadura, foi construído um período de redemocratização, iniciado em 1979, com a lei da anistia política aos perseguidos e aos perseguidores. Nas discussões sobre uma nova constituição, que viria a ser promulgada em 1988, entendeu-se a cultura como primordial diante dos recentes tempos tão sombrios.

⁵ Furtado preocupava-se em debater a região da América Latina analisando o que os países que a compõem tinham em comum e também suas especificidades. Em comum, no trecho a seguir, destaca-se que ele observava as relações de dependência e de dominação cultural: “Não me escapa que é muito arriscado falar ‘em geral’ sobre a América Latina. A história da Argentina, da formação de suas estruturas atuais, é bem diversa da do Brasil, da do México, da do Chile, etc. Mas existe um fundo comum que resulta principalmente de certas relações externas de dependência. Quando nos fixamos nesses pontos comuns, percebemos que os países latino-americanos são, acima de tudo, economias de industrialização retardada. A experiência histórica nos ensina que desenvolvimento é essencialmente industrialização: a técnica moderna tem na acumulação de capital seu instrumento privilegiado de penetração. As infra-estruturas fortemente capitalizadas estão a serviço dos sistemas industriais. Ora, na América Latina uma industrialização retardada deu origem a especificidades históricas. Nesse tipo de industrialização, o papel da acumulação se afasta do modelo clássico, assim como o do progresso tecnológico. A acumulação não estimula a difusão do poder e o progresso tecnológico acentua enormemente o poder patrimonial. Por isso, as possibilidades de transformação política gradual são limitadas. A verdade é que na América Latina vivemos dentro de um marco estrutural bem distinto do que prevaleceu nos países cênicos, países que exercem sobre nós um fascínio que facilmente se transforma em dominação cultural. Porque não percebemos essa especificidade de nossa história, não conseguimos colocar-nos corretamente dentro do sistema global, o que nos incapacita para o pensamento político criador. Mais ainda: essa especificidade contribui para reforçar o poder patrimonial e para limitar o acesso de parte da população a setores da economia em que prevalece o modo de produção capitalista, portanto, onde penetra o progresso técnico” (FURTADO, 1991, p. 211).

Furtado havia assumido dois anos antes, em março de 1986, o Ministério da Cultura do presidente José Sarney. Ele foi o terceiro ministro daquela pasta naquele governo e contribuiu neste processo de discussão da cultura. Deve-se ressaltar que, entre outras realizações na organização do Ministério, ele criou a primeira lei de incentivo à cultura nacional (a Lei Sarney), como contraponto à onda globalizante e neoliberal que oferecia filmes e seriados de Hollywood, novelas mexicanas, e toda sorte de enlatados vindos dos Estados Unidos e de seus assemelhados. A iniciativa de Furtado foi depois entendida como precursora da Lei Rouanet⁶ e representava uma retomada dos valores populares e nacionais. Era neste sentido que entendia sua missão à frente de um Ministério considerado por ele de muita importância (FURTADO, 2019).

Apesar de haver um novo ambiente político após 1985, logo a maioria da população tornou-se, no entanto, presa fácil do neoliberalismo. Saía assim das amarras do período Ditatorial para ser enlaçada pelas políticas neoliberais.

Com o governo Collor, iniciado em 1990, temas caros às políticas neoliberais tomaram de vez a agenda do país, como a modernização a partir da maior facilidade de entrada de capital estrangeiro na economia, privatização de estatais, redução do gasto público, controle da inflação como prioridade da política econômica, entre outros, e tiraram gradativamente o papel do orçamento público no sentido da melhoria de vida da maioria da população.

Não foi à toa que Collor, encantado pelos valores de fora, deu fim ao Ministério da Cultura, transformando-o em secretaria. Este só foi recriado como Ministério em 1993 por Itamar Franco, vice de Collor, que assumiu a presidência após o seu *impeachment*.

Ainda que governando em meio ao neoliberalismo e em prol dos valores que este representava, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sucessor de Itamar, por sua vez, manteve o Ministério da Cultura. O mesmo ocorreu nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006 e 2007 a 2010) e nos dois mandatos de Dilma Rousseff (2011 a 2014 e 2015 a 2016).

⁶ Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/07/precursor-da-lei-rouanet-celso-furtado-energou-a-cultura-como-pilar-do-desenvolvimento.shtml>.

No governo de Michel Temer, que assumiu após o golpe parlamentar de 2016 que resultou no *impeachment* de Dilma, houve inicialmente a incorporação da pasta da Cultura ao Ministério da Educação, também fechando o Ministério da Cultura. Diante da reclamação do setor cultural, entretanto, Temer decidiu recriá-lo em poucos meses, no próprio ano de 2016. Nos anos Bolsonaro, entre 2019 e 2022, houve novo fechamento do Ministério da Cultura que se tornou uma secretaria. O Ministério foi recriado em 2023, no terceiro governo Lula.

Ainda que os governos anteriores desde o início do neoliberalismo no Brasil possam ser entendidos como governos que também não romperam com a dependência econômica, um dos pontos que os diferenciaram do governo Bolsonaro foi que neste estavam explícitas além da dependência, uma maior tutela cultural e o viés autoritário. Membros da sociedade civil que assumiram o comando da Secretaria Especial de Cultura, inclusive, relativizaram a ausência de liberdade e a perseguição a diversos cidadãos na Ditadura de 1964 a 1985, ficaram conhecidos pelo uso de armas, inclusive no ambiente da própria secretaria, e por suas falas semelhantes a discursos fascistas e nazistas.

3. Uma Análise da Cultura nos Anos Bolsonaro

A cultura e sua relação com o desenvolvimento, conforme argumentado por Furtado, joga luz para o entendimento dos anos do presidente Jair Bolsonaro, quando o país caminhou justamente no sentido da maior dependência econômica, avanços da tutela cultural e em torno do autoritarismo.

Alguns indicadores dão margem para uma discussão sobre a dependência econômica no governo Bolsonaro, como a aceleração da abertura da economia brasileira, que chegou a 33% do PIB (em 2022) - patamar nunca antes alcançado; o mais alto déficit na balança comercial Brasil/Estados Unidos, chegando a US\$ 14 bilhões (2022); os avanços do agronegócio, tendo o país como liderança entre seus produtos exportados a soja, o petróleo e o minério de ferro; a desaceleração da indústria, com o Brasil atingindo o mais baixo patamar histórico mundial em exportações de bens industriais (0,4% do total em 2021 e 2022) e a indústria de transformação ficando com o pior indicador de exportação da sua história, representando 51,3% das exportações totais em 2021. Além disso, salienta-se a forte

remessa de lucros e dividendos ao exterior, tendo chegado ao recorde de US\$ 45 bilhões em 2022, entre outros aspectos (VINTE..., 2023).

Colocando a economia brasileira cada vez mais a serviço dos interesses internacionais, Bolsonaro estabeleceria uma estreita relação com a tutela cultural discutida por Furtado, que representava também uma dependência cultural. As mudanças econômicas do período foram correlatas com as conexões estabelecidas entre o governo Bolsonaro e o do também político de extrema-direita Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos entre os anos 2017 e 2021. Como exemplo disso, poucos meses depois de assumir a presidência, o país assistiu à cena de Bolsonaro, em Dallas, batendo continência à bandeira dos Estados Unidos em maio de 2019⁷. Ele recebeu, naquele mês, uma homenagem como personalidade do ano da Câmara Brasil-Estados Unidos e chegou a falar, durante discurso, de seu “amor por todos os Estados Unidos”⁸.

As transnacionais norte-americanas – importante esfera de difusão dos valores culturais do centro do sistema, tão debatidas por Furtado - tiveram espaço privilegiado nos anos Bolsonaro. Além de isso poder ser observado pelo envio de remessas de lucros e dividendos recordes já mencionados, o Investimento Direto Externo (IDE) dos Estados Unidos chegou a sua maior fatia no país, representando 23,13% em 2021 (VINTE..., 2023).

Para ficar em apenas um registro de atuação de empresas transnacionais no país, houve um importante acordo estabelecido entre o governo Bolsonaro e Elon Musk. O bilionário conhecido por sua atuação próxima a políticos de direita e extrema-direita, dono da empresa SpaceX, foi autorizado a colocar internet por satélite da Starlink, na Amazônia, sendo a única empresa a atuar com internet rápida a partir de satélites em áreas remotas. Recentemente, uma reportagem mostrou que houve diversas denúncias de uso dessas antenas para garimpo ilegal pelo Ibama. Já a promessa de conexão de 19 mil escolas rurais na localidade, que foi prometida por Musk quando da ocasião de lançamento de seus negócios na região em 2022, ainda não foi cumprida⁹.

⁷ Ver: <https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-recebe-premio-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-e-erra-o-proprio-bordao,3e51701c017f264ac65c2f3bcce8d1c0oldta994.html>

⁸ Ver: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-adapta-seu-slogan-inclui-estados-unidos-e-esquece-deus>

⁹ Ver: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/10/21/elon-musk-domina-internet-por-satelite-na-amazonia-com-antenas-em-90-das-cidades.ghtml>

Apesar da tentativa de apresentar-se como um “nacionalista”, houve vários problemas no governo Bolsonaro com a preservação das culturas tradicionais, sendo marcantes, por exemplo, o extermínio de indígenas¹⁰ da etnia yanomami e o preconceito com os negros. Neste sentido, vale mencionar que o seu vice-presidente, o general Hamilton Mourão, em discurso público quando ainda era candidato, em 2018, chegou a dizer que, no seu caldo cultural, o país herdou a indolência do indígena e a malandragem do negro¹¹.

Em relação ao autoritarismo, deve ser citado como prova do seu saudosismo do período da Ditadura Civil-Militar que ele chegava a enaltecer torturadores, como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI-Codi, e foi condenado pela Justiça pelo crime de tortura. Em 2019, recém-eleito, Bolsonaro chamou a viúva do torturador para almoçar no Palácio do Alvorada, e fez questão de afirmar à imprensa que considerava o coronel um “herói nacional”¹². Além disso, ainda correm no país investigações a respeito de sua participação como possível mentor do golpe de estado de 2023¹³.

3.1. A extinção do Ministério da Cultura e a nomeação de polêmicos secretários

Bolsonaro entendia que o Ministério da Cultura não precisava mais existir. Em substituição ao Ministério da Cultura, ele criou a Secretaria Especial de Cultura. A extinção do Ministério da Cultura cumpria a promessa de campanha de que, ao assumir o governo, uma das primeiras medidas seria reduzir o número de ministérios herdados do governo anterior. No discurso, Bolsonaro indicou que reduziria o número de ministérios para 15. Na prática, terminou seu mandato com 18 ministérios¹⁴. Temer

¹⁰ Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/12/bolsonaro-soube-da-tragedia-yanomami-mas-ignorou-parlamentares-reagem-crime-de-lesa-patria#:~:text=Em%20agosto%20de%202022%2C%20o,optou%20por%20ignorar%20a%20trag%C3%A9dia.>

¹¹ Ver: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/mourao-diz-que-pais-herdou-indolencia-do-indio-e-malandragem-do-negro/#:~:text=Escolhido%20candidato%20a%20vice%20na,%E2%80%9Cmalandragem%E2%80%9D%20dos%20negros%20africanos.>

¹² <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional>

¹³ <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/justica-ainda-busca-mentores-e-financiadores-da-tentativa-de-golpe/>

¹⁴ Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-confirma-37-ministerios-numero-e-60-maior-do-que-bolsonaro/>

tinha 22¹⁵. Como a cultura foi uma das áreas que perderam *status* de Ministério em 2019, isso a afetou severamente porque perdeu recursos e cargos¹⁶.

Em 2019, a Secretaria Especial da Cultura foi vinculada ao Ministério da Cidadania. Posteriormente, em 2021, ele decidiu vinculá-la ao Ministério do Turismo. Alguma relação Cidadania e Turismo teriam com a cultura, pois como negar que a cultura permite melhorias da Cidadania e como refutar que o Turismo também possa ser uma imersão igualmente cultural? Mas isso reduziria a Cultura a algumas poucas dimensões, entre elas, ao lazer e à diversão. No discurso, o governo alegava que a fusão fortalecia integração e ganho de eficiência entre as áreas¹⁷.

Além do desprestígio de ser transformada em secretaria, a cultura em Bolsonaro foi ocupada por secretários que demonstraram que eram saudosistas dos regimes ditatoriais, como o de 1964-1985 no Brasil, e, outros que eram saudosistas do regime autocrático nazista, como o da Alemanha no período de Adolph Hitler.

No total, foram 6 secretários de cultura (Tabela 1) no governo Bolsonaro, além de ele ter de lançar mão do uso de um nome interino com mandato-tampão quando necessário entre a saída de um nome até o novo ocupar a vaga.

Tabela 1 – Secretários de Cultura no governo Bolsonaro

Nome do secretário de Cultura	Período no cargo
Henrique Pires	01/2019 a 08/2019
José Paulo Soares Martins (interino)	08/2019 a 09/2019
Ricardo Braga	09/2019 a 11/2019
Roberto Rego Pinheiro (Roberto Alvim)	11/2019 a 01/2020
Regina Duarte	03/2020 a 06/2020
Mário Frias	06/2020 a 03/2022
Hélio Ferraz	03/2022 a 12/2022

Fonte: Adaptado de Dez Anos..., 2020.

¹⁵ Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/temer-oficializa-lista-oficial-de-ministros>

¹⁶ Sobre o desmonte do Ministério no governo Bolsonaro, recomenda-se a entrevista: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/volta-do-ministerio-da-cultura-e-ponto-de-partida-para-proxima-gestao-diz-cientista-politico>

¹⁷ Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>

O primeiro secretário foi Henrique Pires, que ficou oito meses no cargo, de janeiro de 2019 até agosto de 2019. Ele foi substituído após alegar censura do Ministério da Cidadania, cujo ministro era Osmar Terra, conhecido por sua defesa do “terraplanismo”. Pires reclamou da suspensão de um edital com séries sobre o tema LGBT. Pires disse à época que não iria chancelar censura¹⁸.

Em setembro do mesmo ano, após José Paulo Soares Martins assumir interinamente por um tempo, entrou o economista Ricardo Braga, que tinha experiência no setor financeiro, tendo trabalhado em bancos. Ele ficou somente dois meses no cargo e foi demitido. Em dezembro de 2019, foi nomeado o dramaturgo Roberto Alvim, que permaneceu cerca de dois meses no cargo, saindo em fevereiro de 2020.

Antes de sair, Alvim fez um plágio de um vídeo do nazismo em pronunciamento em redes sociais. O secretário copiou trechos de discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler. O discurso se deu enquanto ao fundo tocava o som de Richard Wagner, que era o compositor preferido de Hitler. A frase, proferida na íntegra por Alvim, foi:

A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa [...] ou então não será nada”. Conforme reportagem do jornal El país, Goebbels teria dito: “A arte alemã da próxima década será heroica, será ferrenhamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, será nacional com grande páthos e igualmente imperativa (...) ou então não será nada (EL PAÍS, 17 de janeiro de 2020)¹⁹.

Após sua demissão, assumiu, em março de 2020, a atriz Regina Duarte, filha de pai militar, que permaneceu somente três meses à frente da Secretaria. Durante uma entrevista à CNN Brasil, Regina considerou que a sociedade brasileira deveria esquecer o passado e olhar para frente, além de minimizar a tortura e a perseguição de opositores do regime²⁰.

Regina chegou a cantarolar a marchinha “Para Frente Brasil”, lançada nos anos 1970, os anos mais duros do regime em razão do AI-5, em vigor desde 1968, e que foi usada como propaganda do regime militar após a conquista da Copa de 1970 pela

¹⁸ Ver: <https://exame.com/brasil/secretario-da-cultura-se-demite-em-protesto-contr-censura-de-filmes-lgbt/>

¹⁹ Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>

²⁰ Ver: <https://veja.abril.com.br/cultura/relembra-a-historia-de-para-frente-brasil-desenterrada-por-regina-duarte>

seleção brasileira de futebol.

A secretária já havia causado estranheza em seu discurso de posse ao comparar Cultura com o pum do palhaço, conforme abaixo:

Eu falo de cultura como libertação, falo dessa argamassa de hábitos, de comportamentos, rituais, costumes que se autogeram, se autofertilizam no seio do povo. Falo desse caldo de cantos, danças, brincadeiras de roda, papagaio, pipa no céu, palavrão, tatuagem, arroz com feijão, farofa de mandioca, pastel de feira, pão de queijo, caipirinha de maracujá, chimarrão, culto, missa das dez, desafio repentista, forró, e *aquele pum produzido com talco espirrando do traseiro do palhaço* e fazendo a risadaria feliz da criança. Cultura é assim, é feita de palhaçada, de música. Os musicais, aqueles espetáculos que a gente sai com vontade de seguir vida fora cantando, dançando, e aquele teatro mais sério, aquele teatro que bota a gente pra pensar com cenas e emoções tipo soco no estômago (O GLOBO, 04 de março de 2020, grifos nossos)²¹.

Regina não resistiu muito tempo e foi sucedida em junho de 2020 pelo ator Mário Frias, que ficou até março de 2022, quando saiu para disputar vaga de deputado federal nas eleições do mesmo ano.

Entre várias polêmicas, Frias ficou conhecido por andar armado durante o expediente, deixando a arma à mostra na cintura, por gastos altos em viagem a Nova York para tratar de um projeto audiovisual sobre jiu-jitsu, além de insinuar que um famoso ator, Paulo Gustavo, morto por Covid-19, não teria morrido do vírus²².

Depois dele, entrou Hélio Ferraz, um advogado amigo de Frias, sem relação com o setor cultural, que chegou a ser fotografo com uma submetralhadora²³. Ele foi secretário de março de 2022 a dezembro do mesmo ano, chegando ao fim do período da presidência de Bolsonaro.

3.2. Os Recursos para a Cultura

Para além dessas atitudes e declarações dos secretários no comando da cultura, também houve no governo Bolsonaro uma redução expressiva de recursos, prejudicando o setor cultural nacional, em grande medida dependente de editais

²¹ Ver: <https://oglobo.globo.com/cultura/regina-duarte-leia-integra-do-discurso-de-posse-1-24285574>.

²² Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/03/relembre-as-polemicas-de-mario-frias-como-a-viagem-de-r-39-mil-a-nova-york.shtml>

²³ <https://oglobo.globo.com/cultura/foto-com-submetralhadora-critica-bolsonaro-viagem-ny-conheca-helio-ferraz-novo-secretario-da-cultura-25456410#:~:text=H%C3%A9lio%20Ferraz%20tem%2039%20anos,trabalhos%20relacionados%20ao%20setor%20cultural>.

públicos e de leis de financiamento para captação em empresas privadas.

Uma análise comparativa dos dados orçamentários da Secretaria Especial da Cultura de Bolsonaro ante os dados do Ministério da Cultura de dois governos anteriores (Dilma Rousseff e Michel Temer) mostra o quanto a cultura encolheu nos anos Bolsonaro. Ainda que 2020 e 2021 tenham sido de pandemia da Covid-19, anos nos quais o mundo parou, e obviamente não havia atividades presenciais culturais durante quase esses dois anos inteiros, a área também foi pouco valorizada nos anos de 2019 e 2022, respectivamente primeiro e último ano de Bolsonaro na presidência. E isso não teria relação com a pandemia.

Sobre o gasto total com cultura em relação ao PIB, o governo Bolsonaro o reduziu na comparação com o seu antecessor Temer e na comparação com o segundo governo Dilma. Os dados das despesas totais do governo federal, conforme tabela 2, mostram as diferenças entre esses governos.

Tabela 2 - Gastos com Cultura pelo governo federal (em R\$ bi)

Ano	Financiamento federal	Orçamento federal liquidado	Total de gastos	PIB a preços correntes	Total de gastos/PIB
2015	1,726	0,896	2,623	6.260	0,042%
2016	1,742	0,955	2,698	5.995	0,045%
2017	1,883	1,023	2,907	5.990	0,049%
2018	2,154	1,032	3,186	6.269	0,051%
2019	1,872	0,771	2,644	6.580	0,040%
2020	1,542	0,638	2,18	7.380	0,030%
2021	1,909	0,644	2,552	7.600	0,034%
2022	2,011	0,647	2,658	9.012	0,029%

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Cultura disponibilizados pelo Itaú Cultural no <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/pesquisa/gastos-federais-com-cultura>; e dados do PIB a partir de Ipeadata.

Enquanto em 2015, primeiro ano do segundo mandato de Dilma, o gasto total com cultura correspondia a 0,042% do PIB, o governo Bolsonaro iniciou seu mandato, em 2019, com um gasto total de 0,040% do PIB e terminou seu governo, em 2022, com um gasto com a cultura equivalente a apenas 0,029% do PIB (Tabela 2).

Em relação ao período Temer, Bolsonaro foi ainda pior em termos de gastos com a cultura, pois Temer teve recursos maiores do que Dilma para a área. Em 2017, Temer chegou a 0,049% do PIB para a cultura e no ano seguinte a 0,051%, atingindo R\$ 3 bilhões, a maior marca entre 2015 e 2022.

Analisando os recursos via Lei Rouanet, que foi criada em 1991, durante o governo Collor e que ganhou o nome de seu criador Paulo Rouanet, o cenário foi parecido, com uma piora nos anos Bolsonaro. A lei, lançada para incentivar as produções nacionais, captando recursos com o setor privado por meio de incentivos tributários, teve 12,8 mil projetos aprovados, entre 2019 e 2022, frente a 20,8 mil projetos, entre 2015 e 2018 (9,8 mil nos dois anos da Dilma e outros 11 mil no período Temer). Em quatro anos de governo Bolsonaro, portanto, caiu quase pela metade o total de projetos aprovados via Lei Rouanet (PIAUÍ, 19 de dezembro de 2022).

Houve também uma demora maior na análise dos projetos, que passou de 39 dias, em 2018, para uma média quase três vezes pior, de 116 dias em 2022 (PIAUÍ, 19 de dezembro de 2022)²⁴.

Além da redução na aprovação de projetos, no seu primeiro ano, Bolsonaro mudou o seu nome para Lei de Incentivo à Cultura e limitou o volume de recursos a serem captados de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão por projeto, o que inviabilizou algumas produções com orçamentos maiores do que isso.

Em 2021, o governo, conhecido por sua relação próxima com algumas igrejas, incluiu artes sacras como uma categoria a ser incentivada e isso obrigou a ter membros dessa área na comissão nacional de incentivo à cultura, que justamente analisa os projetos candidatos ao incentivo (PIAUÍ, 19 de dezembro de 2022)²⁵.

Em 2022, outras mudanças ocorreram, impedindo algumas produções, como: redução dos cachês de R\$ 45 mil para até R\$ 3 mil por apresentação por artista solo e de R\$ 3,5 mil para músicos e R\$ 15 mil para maestros, além de os alugueis de salas de teatro terem sido limitados a R\$ 10 mil. Também foi diminuído o prazo de captação de recursos com o setor privado de 36 meses para 24 meses, incluindo prorrogações²⁶.

²⁴ Ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-rombo-no-orcamento-da-cultura/>

²⁵ Recentemente, Lula fez uma pequena mudança na lei no que diz respeito às artes sacras. Ver: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/lula-nao-excluiu-projetos-religiosos-da-lei-rouanet/>

²⁶ Ver: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/noticia/2022/07/entenda-as-mudancas-feitas-na-lei-rouanet-durante-o-governo-de-jair-bolsonaro.ghtml>

Considerações finais

A partir da teorização de Furtado sobre cultura e desenvolvimento, foi possível observar o retrocesso durante 2019 e 2022, quando a cultura nacional sofreu um dos seus principais períodos de desmonte, não só pelos recursos menores dispensados à área, como também pela sua transformação em secretaria e pela escolha dos ocupantes deste cargo.

Os dados orçamentários mostraram um encolhimento da verba gasta com cultura, e as informações colhidas em fontes secundárias, como jornais e revistas, indicaram o ponto de vista dos seus secretários de governo sobre o (não) entendimento da cultura como parte fundamental da liberdade e emancipação de um povo em seu processo de desenvolvimento. Durante o período Bolsonaro, foi possível observar aumento da dependência externa, avanços na tutela cultural e no autoritarismo.

Referências

- BOLAÑO, C. Considerações sobre o conceito de cultura em Celso Furtado. In: DÁGUIAR, R. F (Orgs.). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- BORJA, B. Notas sobre a dimensão cultural na obra de Celso Furtado. In: DÁGUIAR, R. F (Orgs.). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- BRANDÃO, C. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. Vol. XIV, n. 1, ene-abr/2012.
- DE PAULA, J. A. História e cultura no pensamento de Celso Furtado. In: SABOIA, J. ; CARVALHO, F. J. C. (Orgs.) Celso Furtado e o século XXI. Rio de Janeiro: Manole, , 2007.
- DEZ anos de Economia da Cultura no Brasil e os Impactos da Covid-19: um relatório a partir do painel de dados do observatório Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, 2020.
- FURTADO, C. Dialética do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. Prefácio a Nova Economia Política. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, C. Criatividade e Dependência na Civilização Industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FURTADO, C. Diários Intermitentes (1937-2002). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VINTE Oito Anos de Economia Brasileira. GOMES, G.; CRUZ, C.A. S. (Orgs.). Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2023. Disponível em: <https://www.altosestudiosbrasilxxi.org.br/vinte-e-oito-anos-de-economia-brasileira-1995-2022/>.